

LEI MUNICIPAL Nº 1.043/2025 - “Dispõe sobre a criação do Conselho Municipal de Turismo do município de Lajes/RN, altera dispositivos da Lei Municipal nº 954/2023, e dá outras providências.”

**ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAJES**

GABINETE DO PREFEITO

LEI MUNICIPAL Nº DE 31 DE OUTUBRO DE 2025

“Dispõe sobre a criação do Conselho Municipal de Turismo do município de Lajes/RN, altera dispositivos da Lei Municipal nº 954/2023, e dá outras providências.”

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAJES, Estado do Rio Grande do Norte, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I

DA CRIAÇÃO E NATUREZA

Art. 1º - Fica criado o **Conselho Municipal de Turismo de Lajes** (COMTUR), órgão colegiado de caráter consultivo, propositivo, deliberativo e fiscalizatório, integrante da estrutura da administração pública municipal.

Art. 2º - O COMTUR tem por finalidade formular, acompanhar, fiscalizar e avaliar a execução da Política Municipal de Turismo, promovendo o desenvolvimento sustentável e integrado da atividade turística no município.

Art. 3º - O COMTUR rege-se pelos princípios da:

I - participação democrática;

II - transparência e publicidade;

- III - sustentabilidade ambiental;
- IV - desenvolvimento econômico local;
- V - preservação do patrimônio cultural;
- VI - inclusão social;
- VII - eficiência administrativa.

CAPÍTULO II

DAS COMPETÊNCIAS

Art. 4º - Compete ao COMTUR:

I - QUANTO À FORMULAÇÃO DE POLÍTICAS:

- a) acompanhar a elaboração do Plano Municipal de Turismo;
- b) propor diretrizes para a Política Municipal de Turismo;
- c) definir prioridades para o desenvolvimento turístico municipal;
- d) estabelecer metas e indicadores de desempenho do setor;

II - QUANTO AO PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO:

- e) orientar o zoneamento turístico municipal;
- f) analisar e emitir pareceres sobre projetos turísticos de impacto;
- g) definir estratégias de promoção e marketing do destino;
- h) estabelecer padrões de qualidade para serviços turísticos;
- i) fomentar o turismo de base comunitária e sustentável.

III - QUANTO À ARTICULAÇÃO E PARCERIAS:

- j) facilitar o diálogo entre poder público, iniciativa privada e sociedade;
- k) articular parcerias para desenvolvimento de projetos turísticos;
- l) promover integração com outros municípios da região turística;
- m) representar o município em eventos e organismos do setor.

V - QUANTO AO MONITORAMENTO:

- n) monitorar indicadores de desenvolvimento turístico;

- o) avaliar impactos socioeconômicos e ambientais do turismo;
- p) elaborar relatórios anuais sobre o setor;
- q) propor correções nas políticas implementadas;
- r) manter sistema de informações turísticas municipais.

CAPÍTULO III

DA COMPOSIÇÃO

Art. 5º - O COMTUR é composto por **24 (vinte e quatro) membros titulares e seus respectivos suplentes**, com representação paritária entre poder público e sociedade civil:

I - REPRESENTAÇÃO DO PODER PÚBLICO (12 membros):

- a) 01 representante titular e 01 representante suplente da Secretaria Municipal de Juventude, Esporte e Turismo;
- b) 01 representante titular e 01 representante suplente da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Urbanos;
- c) 01 representante titular e 01 representante suplente da Secretaria Municipal de Cultura;
- d) 01 representante titular e 01 representante suplente da Secretaria Municipal de Meio Ambiente;
- e) 01 representante titular e 01 representante suplente da Secretaria Municipal de Educação;
- f) 01 representante titular e 01 representante suplente da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, Política para as Mulheres e Habitação;

II - REPRESENTAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL (12 membros):

- a) 01 representante titular e 01 representante suplente do setor de hospedagem;
- b) 01 representante titular e 01 representante suplente do setor de alimentação;
- c) 01 representante titular e 01 representante suplente dos guias de turismo;
- d) 01 representante titular e 01 representante suplente dos artesãos locais;
- e) 01 representante titular e 01 representante suplente das associações comunitárias;
- f) 01 representante titular e 01 representante suplente dos comerciantes locais;

§ 1º - Os representantes da sociedade civil serão escolhidos por suas respectivas entidades, por meio de edital público de chamamento.

§ 2º - A representação será sempre nominal, vedada a participação de pessoas jurídicas.

CAPÍTULO IV

DA ORGANIZAÇÃO INTERNA

Art. 6º - O COMTUR terá a seguinte estrutura diretiva:

I - Presidente;

II - Vice-Presidente;

III - Secretário-Executivo;

IV - Secretário-Adjunto.

Art. 7º - A diretoria será eleita pelos conselheiros, dentre seus pares, por voto direto e secreto, para mandato de 2 (dois) anos, permitida uma recondução.

Parágrafo único - A presidência e vice-presidência serão exercidas alternadamente por representantes do poder público e da sociedade civil a cada mandato.

Art. 8º - Compete ao Presidente:

I - representar o COMTUR em suas relações externas;

II - convocar e presidir as reuniões;

III - coordenar os trabalhos e manter a ordem;

IV - decidir questões de ordem e interpretação regimental;

V - assinar atos, deliberações e correspondências;

VI - exercer voto de qualidade em caso de empate.

CAPÍTULO V

DO FUNCIONAMENTO

Art. 9º - O COMTUR reunir-se-á:

I - em sessão ordinária trimestralmente, perante a maioria de seus membros titulares e suplentes, ou com qualquer quórum, trinta minutos após a hora marcada, podendo realizar reuniões extraordinárias ou especiais em quaisquer data e local, desde que seus membros sejam previamente e oficialmente avisados com pelo menos 24h de antecedência e informados o motivo da reunião extraordinária ou especial;

II - em sessão extraordinária, quando necessário.

§ 1º - As reuniões serão públicas, salvo quando a natureza do assunto exigir sigilo.

§ 2º - O quórum mínimo para instalação é de maioria simples dos membros.

§ 3º - As decisões serão tomadas por maioria simples dos presentes.

§ 4º - Será lavrada ata de cada reunião, disponibilizada publicamente.

Art. 10 - O COMTUR poderá criar câmaras temáticas para análise de assuntos específicos, compostas por no mínimo 3 (três) conselheiros.

Art. 11 - O COMTUR poderá convidar especialistas, técnicos e interessados para participar das discussões, sem direito a voto.

CAPÍTULO VI

DOS MANDATOS E DIREITOS

Art. 12 - O mandato dos conselheiros será de **2 (dois) anos**, permitida uma recondução consecutiva.

Art. 13 - Os membros do conselho terão direito a:

I - voz e voto nas deliberações;

§ 1º - Membros suplentes terão direito à voz e só na ausência do titular, terão direito a voto.

II - apresentar propostas e requerimentos;

III - solicitar informações aos órgãos municipais;

IV - ter acesso a documentos necessários ao exercício da função;

V - ajuda de custo para participação em eventos oficiais do COMTUR;

§ 2º - A ajuda de custo somente será concedida para participação em eventos externos devidamente autorizados.

§ 3º - Deve respeitar as normas de diárias e passagens já existentes no município.

§ 4º - Não constitui remuneração ou vantagem financeira permanente.

Art. 14 - É vedado aos conselheiros:

I - atuar em benefício próprio ou de terceiros;

II - divulgar informações sigilosas;

III - usar a função para fins político-partidários;

IV - faltar injustificadamente a 3 (três) reuniões consecutivas.

Parágrafo único - O descumprimento das vedações ensejará a abertura de processo administrativo simplificado, assegurados o contraditório e a ampla defesa, podendo o conselheiro vir a perder o mandato.

Art. 14-A - O processo administrativo simplificado de que trata o parágrafo único do artigo anterior observará:

I - instauração mediante representação fundamentada;

II - notificação do conselheiro para apresentação de defesa no prazo de 10 (dez) dias;

III - decisão motivada pelo plenário do COMTUR, por maioria absoluta.

CAPÍTULO VII

DO APOIO ADMINISTRATIVO E RECURSOS

Art. 15 - O COMTUR contará com apoio administrativo da Secretaria Municipal de Juventude, Esporte e Turismo, que disponibilizará:

I - secretaria executiva;

II - local adequado para reuniões;

III - equipamentos e materiais necessários;

IV - publicação de atos e deliberações.

Art. 16 - As despesas decorrentes do funcionamento do COMTUR correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

Art. 17 - Os integrantes do COMTUR serão nomeados por portaria expedida pelo Chefe do Poder Executivo Municipal.

Parágrafo Único - Não há remuneração pelo exercício da função de conselheiro do COMTUR.

CAPÍTULO VIII

DAS ALTERAÇÕES NA LEI Nº 954/2023

Art. 18 - O art. 1º da Lei Municipal nº 954/2023 passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º - Fica criado o Conselho Municipal de Cultura e Meio Ambiente do município de Lajes/RN, cuja principal finalidade será o acompanhamento e a fiscalização das atividades que competem às políticas municipais de cultura e meio ambiente.”

Art. 19 – Ficam revogados os seguintes dispositivos da Lei Municipal nº 954/2023:

I – todas as competências relativas ao turismo no art. 4º;

II – o inciso IV do art. 5º;

III – o inciso XIII do art. 6º;

IV – a alínea “a” do art. 7º.

Art. 20 – O art. 9º da Lei Municipal nº 954/2023 passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 9º – O Conselho Municipal de Cultura e Meio Ambiente (COMCUMA) compor-se-á de 12 (doze) membros titulares e seus respectivos suplentes, com representação paritária entre poder público e sociedade civil.”

CAPÍTULO IX

DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS E FINAIS

Art. 21 – O COMTUR deverá ser instalado no prazo de 30 (trinta) dias a contar da publicação desta Lei.

Art. 22 – A primeira diretoria será eleita na sessão de instalação, com mandato até dezembro do segundo ano subsequente.

Art. 23 – O Regimento Interno do COMTUR deverá ser elaborado no prazo de 90 (noventa) dias após sua instalação.

Art. 24 – Os atuais conselheiros do COMTUCMA com perfil adequado ao turismo poderão ser indicados para compor o COMTUR.

Art. 25 – Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 26 – Revogam-se as disposições em contrário.

Registra-se, Publica-se e Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Lajes/RN, em 31 de outubro de 2025.

FELIPE FERREIRA DE MENEZES ARAÚJO

Prefeito Municipal

Publicado por:
Icaro Lucas Martins
Código Identificador:9F275DD2

Matéria publicada no Diário Oficial dos Municípios do Estado do Rio Grande do Norte no dia 03/11/2025. Edição 3659

A verificação de autenticidade da matéria pode ser feita informando o código identificador no site: